

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 5.

1 Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece  
4 constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros.  
7 Alguém que se sinta sempre surpreso com a existência de fatos degradantes, alguém que continue a sentir-se decepcionado (e até incrédulo) diante de provas daquilo  
10 que os seres humanos são capazes de infligir, em matéria de horrores e de crueldades a sangue-frio, contra outros seres humanos, ainda não alcançou a idade adulta em  
13 termos morais e psicológicos.

Ninguém, após certa idade, tem direito a esse tipo de inocência, de superficialidade, a esse grau de ignorância  
16 ou amnésia.

Existe, agora, um vasto repertório de imagens que torna mais difícil a manutenção dessa deficiência moral.  
19 Deixemos que as imagens atrozes nos persigam. Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial. As  
22 imagens dizem: é isto o que seres humanos são capazes de fazer — e ainda por cima voluntariamente, com  
25 entusiasmo, fazendo-se passar por virtuosos. Não esqueçam.

Susan Sontag (tradução de Rubens Figueiredo). **Diante da dor dos outros**. Companhia das Letras, 2003 (com adaptações).

Acerca do texto e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 5.

- 1 Por ser um texto, predominantemente, descritivo, classifica-se, quanto ao gênero literário, como crônica.
- 2 No trecho “como amainar as chamas do inferno” (linha 3), o verbo está empregado no imperativo e com o sentido de **abastecer**.
- 3 Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical caso o parágrafo que se inicia com “Ninguém, após certa idade, tem direito a esse tipo de inocência” (linhas 14 e 15) fosse reescrito da seguinte maneira: **Porém, adultos não têm direito a inocências desse tipo, pois caracterizam-se por superficialidade, ignorância ou amnésia**.
- 4 O período “Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial” (linhas de 19 a 22) refere-se a “imagens” (linha 19).
- 5 No período “As imagens dizem: é isto o que seres humanos são capazes de fazer” (linhas de 22 a 24), há mais de uma oração e, entre elas, uma relação de subordinação.

### Quadrinho para os itens de 6 a 10.



Internet: <<http://2.bp.blogspot.com>>.

Julgue os itens de 6 a 10 quanto ao texto e a seus aspectos linguísticos.

- 6 De acordo com o padrão de norma culta da língua, os termos “laptop”, “smarthphone” e “pen-drive” deveriam vir grafados em itálico, pois caracterizam estrangeirismo.
- 7 O termo “mequetrefes”, substantivo masculino, foi empregado como adjetivo para desqualificar as ideias brilhantes do sujeito que fala.
- 8 O trecho “Em meu smartphone, posso armazenar mais de 2 milhões de informações!” manteria seu sentido original e a correção gramatical caso fosse reescrito da seguinte maneira: **Mais de 2.000.000 informações, pode ser armazenadas no meu smartphone**.
- 9 Na frase “Sem contar com as 10 mil músicas do meu I-pod”, a crase poderia ser empregada antes de “10 mil músicas”, pois, nesse caso, seu uso é facultativo.
- 10 No trecho “Ainda posso transportar centenas de dados no meu pen-drive”, o advérbio está empregado com o sentido de **também**.

**Texto para os itens de 11 a 14.**

1 A memória é essa clareza fictícia das sobreposições que se anulam. O significado é essa espécie de mapa das interpretações que se cruzam como cicatrizes de sucessivas pancadas. Os nossos sentimentos. A intensidade do sentir é intolerável. Do sentir ao sentido, do sentido ao significado: o que resta é impacto que substitui impacto – eis a invenção.

Ana Hatherly. **O significado da memória.** In: **A Cidade das Palavras.** Quetzal Editores, 1988.

Com relação ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 11 a 14.

- 11 Seriam mantidos os significados e a correção gramatical do trecho “A memória é essa clareza fictícia das sobreposições que se anulam” (linhas 1 e 2) caso fosse reescrito da seguinte maneira: **Essa clareza fictícia chamada de memória é anulada pelas sobreposições.**
- 12 Supondo-se que o texto acima fosse utilizado como citação em um relatório técnico, que deve seguir as normas de redação oficial contidas no Manual da Presidência da República, deveria ser registrado com fonte diferenciada, destacado, em negrito, dispensando-se o uso das aspas para iniciar e terminar sua apresentação.
- 13 Nas linhas 6 e 7, os sinais de dois-pontos e de travessão, respectivamente, poderiam ser substituídos por vírgulas, sem haver prejuízo gramatical ao texto.
- 14 O gênero do texto se adequa ao formato dissertativo, pois há argumentos e defesa de um ponto de vista.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Microsoft Word 2013, do sistema operacional Windows 8 e do programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais recente, julgue os itens de 15 a 19.

- 15 No Word 2013, é possível alterar a cor de fundo ou a cor da borda tanto de uma caixa de texto quanto de uma forma.
- 16 Ao clicar o botão **Aa**, localizado no grupo Fonte da guia Página Inicial do Word 2013, será possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte de um texto específico.
- 17 No Windows 8, o usuário, por meio da área de trabalho, pode alterar determinadas partes individuais de um tema, como, por exemplo, imagens e cores, e salvá-lo para que possa ser utilizado posteriormente.

- 18 Nessa versão do Windows, os itens do Painel de Controle não podem ser localizados por meio do *menu* Iniciar, somente pelo botão Pesquisar, da barra de Charms.
- 19 Entre os tipos de configurações e informações que poderão ser importados pelo Firefox de outros navegadores, como, por exemplo, do Google Chrome, estão o histórico de páginas que o usuário visitou e as senhas salvas.

Julgue os itens de 20 a 24 quanto ao programa de correio eletrônico MS Outlook 2016, ao sítio de busca Google e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 20 As pastas de pesquisa do Outlook 2016 não podem ser removidas.
- 21 No *site* de busca Google, por meio da opção Ferramentas, localizada abaixo da caixa de pesquisa, existem recursos que permitem ao usuário filtrar seus resultados de pesquisas. As ferramentas disponíveis variam de acordo com as pesquisas e os filtros.
- 22 Ao digitar #psicologiasp na caixa de pesquisa do Google, será possível eliminar o termo psicologiasp dos resultados, uma vez que o caractere #, inserido antes de uma palavra, tem a finalidade de eliminar das pesquisas termos indesejados.
- 23 Os *rootkits* são programas maliciosos que infectam o sistema dezenas de vezes sem que o usuário perceba. Contudo, eles são facilmente encontrados, pois não conseguem se esconder dos programas de detecção.
- 24 Trojans têm, entre outras, a função de enviar, a outro local, informações confidenciais do sistema infectado para que sejam analisadas.

Em uma festa, havia várias pessoas e todas pagaram ingresso. O preço da inteira era de R\$ 100,00 e o da meia-entrada, de R\$ 50,00.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens 25 e 26.

- 25 Se  $Y$  foi a arrecadação dos ingressos da festa com  $X$  pessoas, das quais 30% pagaram meia-entrada, então vale a relação  $Y = 85X$ .
- 26 Se foram arrecadados R\$ 10.000,00 e a festa tinha 150 pessoas, então mais de 55 pessoas pagaram inteira.

**RASCUNHO**

João quer se preparar para um concurso e tem 21 dias corridos para estudar todo o conteúdo que planejou, começando em um sábado, primeiro dia de julho. João pretende estudar 6 h em dias de semana e 4 h aos sábados. Aos domingos, ele não estudará. A tabela abaixo mostra os conteúdos e os tempos que devem ser gastos em cada um.

Conteúdo	Tempo
português	20 h
ética	14 h
direito	30 h
matemática	20 h

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **27 a 29**.

- 27** Se João começar estudando apenas português, então ele terminará este conteúdo na quarta-feira, dia 5 de julho.
- 28** Se João quiser revisar algum conteúdo, ele ainda terá mais de 20 h de estudo após terminar todos os conteúdos previstos.
- 29** João terminará todos os conteúdos previstos em uma terça-feira.

- 1) Alguns artistas plásticos também são coreógrafos.  
 2) Nenhum arquiteto é coreógrafo.  
 3) Todos os coreógrafos são bailarinos.

Considerando as proposições acima apresentadas, julgue os itens de **30 a 32**.

- 30** Algum artista plástico é bailarino.  
**31** Todos os bailarinos são coreógrafos.  
**32** Nenhum arquiteto é bailarino.

## RASCUNHO

O uso de canudos de plástico emporcalha os oceanos ou é um direito do consumidor prático? A questão virou um debate que opõe a indústria a legisladores País afora.

Internet: <<https://epoca.globo.com>>.

A respeito desse tema e de assuntos correlatos, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a proibir o uso de canudos de plástico pelo comércio. Canudos de papel biodegradável e(ou) reciclável devem ser oferecidos pelos estabelecimentos, como alternativa, a partir de 2019.
- 34** A busca pelo uso de materiais que impactem minimamente na natureza insere-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).
- 35** Fabricantes de canudos de plástico minimizam os danos ambientais desse material, sob o argumento de que ele pode ser totalmente reciclado e de que, sem o plástico, o volume de lixo gerado seria ainda maior.
- 36** Os oceanos têm significativa participação no equilíbrio ambiental do planeta e vêm sendo afetados diretamente pela ação humana. O plástico, entretanto, não está entre os maiores vilões dos oceanos.

Usinas nucleares na rota do furacão Florence nos EUA reacendem fantasma da explosão de Fukushima. Americanos correm contra o tempo para garantir a segurança de reatores nucleares.

Internet: <[www.bbc.com](http://www.bbc.com)> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** O texto faz referência a um fato ocorrido no Japão anos atrás, quando um desastre natural danificou uma usina nuclear, aumentando a preocupação com o uso dessa fonte energética.
- 38** O furacão Florence provocou danos na costa leste dos Estados Unidos, uma região de forte concentração populacional, e, conseqüentemente, riscos elevados de perdas humanas.
- 39** A energia nuclear é considerada como uma energia limpa e renovável.
- 40** Furacões atingem, com relativa frequência, o Caribe e grande parte dos Estados Unidos, havendo consenso atualmente, entre os cientistas, sobre a principal causa de sua ocorrência: o aquecimento global.

**CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**

No que se refere à ética no serviço público, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** Considere-se que um servidor público federal tenha recebido uma exigência de seu superior hierárquico para que realizasse uma determinada atividade com celeridade. Nesse caso, o servidor poderá, excepcionalmente, desconsiderar o elemento ético de sua conduta para garantir a celeridade.
- 42** O conhecimento das normas éticas fará com que os agentes públicos definam suas condutas com a finalidade de atingir o interesse coletivo.
- 43** Em sua atuação, o servidor público, além de fazer a distinção entre o bem e o mal, deverá buscar o atingimento do bem comum.
- 44** Com a finalidade de não contrariar os interesses do administrado, o servidor público poderá omitir, do interessado, a verdade.
- 45** Define-se a moral como um desdobramento da filosofia, cujos objetos de estudo são a ética, os diversos padrões públicos de conduta, suas razões e suas características.
- 46** O servidor, para que sua conduta seja considerada como imaculada, deverá decidir entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, o honesto e o desonesto.
- 47** Suponha-se que um servidor público, chefe do setor de transportes, permita que um particular utilize o veículo oficial em seu próprio benefício. Nesse caso, o servidor terá praticado um ato de improbidade que causa dano ao erário.
- 48** O ato de o servidor permitir a alienação de bem integrante do patrimônio público em preço inferior ao preço de mercado constitui ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito.
- 49** Os particulares, por não se submeterem ao regime ético imposto aos servidores públicos, não se sujeitam às disposições contidas na Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).
- 50** O agente público e o terceiro beneficiário do ato de improbidade administrativa gerador de enriquecimento ilícito perderão os bens ou valores acrescidos ao patrimônio.

Quanto ao conceito, às classificações e aos princípios fundamentais da Constituição, julgue o item **51**.

- 51** A constituição dogmática constitui-se como o conjunto de regras codificado e sistematizado em um único documento, sendo conhecida também como constituição instrumental.

A respeito de direitos e garantias fundamentais, julgue os itens de **52 a 57**.

- 52** Como efeito da consagração do direito à vida pela Constituição Federal, o Estado tem o dever de assegurar o direito das pessoas de continuarem vivas e o direito a uma vida digna.
- 53** Somente é admitida a dissolução de uma associação e a suspensão de suas atividades se houver uma decisão judicial, sendo que, no primeiro caso, exige-se o trânsito em julgado.
- 54** Suponha-se que Maria tenha nascido em Israel, mas João, seu pai, tenha nacionalidade brasileira. Nessa situação, independentemente de qualquer outra circunstância, Maria será considerada como brasileira.
- 55** Excepcionalmente, admite-se a prisão civil por dívida do devedor voluntário e inescusável de alimentos e do depositário infiel.
- 56** Os trabalhadores, urbanos e rurais, têm o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo que esse período, antecedente à rescisão do contrato de trabalho, será de, no mínimo, trinta dias.
- 57** Considere-se que Jeremias, em razão da prática de um crime de menor potencial ofensivo, tenha sido condenado a uma pena de prestação de serviços à comunidade. Nessa circunstância, enquanto durar a pena, Jeremias não poderá participar de eleições, concorrer a cargos eletivos e votar.

Com relação à Administração Pública, julgue os itens de **58 a 60**.

- 58** Suponha-se que Carlos, servidor público federal, ocupe o cargo público de enfermeiro (profissão regulamentada) e pretenda fazer um novo concurso público. Nesse caso, Carlos poderá ocupar outro cargo ou emprego público privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- 59** O teto remuneratório aplicável à Administração Pública aplica-se às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a suas subsidiárias, independentemente de receberem recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- 60** Apenas adquirirá estabilidade o servidor público que tenha sido nomeado para um cargo público efetivo, após prévia aprovação em concurso público, tenha efetivo exercício por três anos ou tenha sido aprovado em avaliação especial e obrigatória de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

A respeito do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, julgue os itens de **61** a **70**, de acordo com a Lei n.º 5.776/1971.

- 61** O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia são dotados de personalidade jurídica de direito privado, possuindo autonomia administrativa e financeira.
- 62** A fiscalização do exercício da profissão de psicólogo e o zelo pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe são atribuições dos Conselhos Regionais de Psicologia.
- 63** O Conselho Federal será constituído de membros efetivos e suplentes, brasileiros ou estrangeiros, eleitos por maioria de votos, em escrutínio secreto, com mandato de três anos, não sendo permitida a reeleição.
- 64** A deliberação do Conselho Federal ocorrerá com a presença da maioria simples de seus membros, que deverão se reunir, pelo menos, duas vezes, mensalmente.
- 65** É atribuição do Conselho Federal elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo e funcionar como tribunal superior de ética profissional.
- 66** Não cabe ao Conselho Federal elaborar prestação de contas para encaminhamento ao Tribunal de Contas.
- 67** A boa reputação por conduta pública é requisito para que o profissional de psicologia se inscreva no Conselho Regional de sua área de atuação.
- 68** Qualquer pessoa ou entidade poderá representar ao Conselho Federal contra o registro de um candidato, sendo permitido ao candidato, no caso de indeferimento de sua inscrição, recorrer ao Conselho Regional.
- 69** Deixar o profissional de psicologia de pagar aos Conselhos, pontualmente, as contribuições a que esteja obrigado constitui uma infração disciplinar.
- 70** A imposição de penas obedecerá à seguinte graduação: advertência; multa; censura; suspensão do exercício profissional, até quinze dias; e cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal, não cabendo análise de gravidade manifesta para aplicação de penalidade mais séria.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue os itens de **71** a **80**.

- 71** A pessoa com até doze anos de idade incompletos será considerada como criança e a com idade entre doze e dezoito anos será considerada como adolescente.
- 72** É dever da família e do Poder Público, e não da sociedade em geral, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação e à educação.
- 73** Cabe ao Poder Público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- 74** Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância não necessitam de formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico.
- 75** Nos primeiros dezoito meses de vida, é obrigatória a aplicação, a todas as crianças, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para seu desenvolvimento psíquico.
- 76** Os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou quaisquer pessoas encarregadas de cuidar de crianças e de adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- 77** É facultativa a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos.
- 78** A ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão será considerado como tratamento cruel.
- 79** Não se prolongará por mais de dezoito meses a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda a seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- 80** É necessária autorização judicial para a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável.

### Direitos das pessoas com transtornos mentais

A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde tem como marco legal a Lei Federal n.º 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona a assistência em saúde mental no País, privilegiando o oferecimento de tratamento às pessoas com transtornos mentais em serviços abertos, não hospitalares, e de base comunitária.

A Lei n.º 10.216/2001 (conhecida como a Lei de Reforma Psiquiátrica) representa, no Brasil, um marco ao estabelecer a necessidade de respeito à dignidade humana das pessoas com transtornos mentais.

Internet: <<http://portalms.saude.gov.br>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **81** a **90** de acordo com a Lei n.º 10.216/2001.

- 81** A pessoa portadora de transtorno mental tem o direito de ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis e ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
- 82** São responsabilidades do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental e a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, sem a participação da família.
- 83** Quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, a internação, em qualquer de suas modalidades, será indicada.
- 84** O tratamento do portador de transtorno mental visará, como finalidade provisória, a reinserção social do paciente em seu meio.
- 85** É permitida a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, mesmo que esta não ofereça serviço de assistência social e lazer.
- 86** Somente com laudo médico circunstanciado com motivos caracterizantes poderá ser realizada a internação psiquiátrica.
- 87** A internação voluntária é um tipo de internação psiquiátrica que se dá com o consentimento do usuário e a pedido de terceiro. Ademais, a pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.
- 88** O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.
- 89** Somente médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina do estado onde se localize o estabelecimento poderá autorizar a internação voluntária ou involuntária.
- 90** A internação compulsória é determinada pelo médico competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento.

Um código de ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua práxis, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é a de normatizar a natureza técnica do trabalho, mas, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.

Códigos de ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e a seus direitos fundamentais. Por constituírem a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, socioculturais, que refletem a realidade do país, e de valores que estruturam uma profissão, os códigos de ética não podem ser vistos como um conjunto fixo de normas imutáveis no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética.

Trecho da Resolução CFP n.º 10/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **91** a **100** acerca do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 10/2005).

- 91** O psicólogo deve prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, visando ao benefício de toda a sociedade.
- 92** O psicólogo pode induzir convicções políticas e filosóficas, durante o exercício de sua profissão, desde que respeite diferenças ideológicas.
- 93** O psicólogo pode, como estratégia de divulgação e captação de clientes, induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços.
- 94** O psicólogo levará em conta a justa retribuição e as condições do usuário ou beneficiário ao fixar a remuneração pelos serviços prestados.
- 95** O psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou ao usuário do serviço.
- 96** O psicólogo deverá informar seu nome completo, o Conselho Regional de Psicologia e seu número de registro ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente.
- 97** O psicólogo poderá utilizar o preço do serviço como forma de propaganda ao promover publicamente seus serviços.
- 98** O psicólogo comunicará aos responsáveis, no atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

- 99** O psicólogo compartilhará, no relacionamento com profissionais não psicólogos, somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações e assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.
- 100** O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso à informação, possibilita maior transparência do Poder Público, combate à corrupção e maior participação social. Considerando essa informação, julgue os itens de **101** a **110**.

- 101** Essa Lei se aplica aos órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo, mas não ao Poder Legislativo e ao Ministério Público, uma vez que estes possuem legislação específica que trata do acesso à informação.
- 102** Aplicam-se as disposições da Lei n.º 12.527/2011, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais.
- 103** O direito de acesso à informação deve ser garantido pelo Estado, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e clara, prescindindo de linguagem de fácil compreensão.
- 104** O acesso à informação garante ao cidadão o direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- 105** É direito do cidadão, por meio do acesso à informação, obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, mesmo que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.
- 106** Os órgãos e as entidades públicas têm o dever de promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos quando assim forem requeridos.
- 107** Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não poderá conter exigências que inviabilizem a solicitação. Contudo, é possível exigir do cidadão os motivos determinantes da solicitação.
- 108** O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

- 109** Caso órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal neguem o acesso à informação, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União.
- 110** O acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais não poderá ser negado.

À luz da Lei n.º 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, julgue os itens de **111** a **120**.

- 111** O dever do Estado de garantir a saúde não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- 112** A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde, em caráter complementar.
- 113** A assistência terapêutica integral consiste na oferta de procedimentos terapêuticos em regime ambulatorial e hospitalar, com exceção do domiciliar.
- 114** É permitido, em todas as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 115** A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, observando-se os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde quanto às condições para seu funcionamento.
- 116** É permitida a participação, direta ou indireta, inclusive o controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde no caso de pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar ações e pesquisas de planejamento familiar.
- 117** O Sistema Único de Saúde poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área.
- 118** A constituição de consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde não poderá ser realizada pelos municípios no que diz respeito aos serviços que lhes correspondam.
- 119** O atendimento e a internação domiciliares poderão ser realizados sem indicação médica, desde que exista expressa concordância do paciente e de sua família.
- 120** O Sistema Único de Saúde é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, excluindo-se instituições e órgãos estaduais e municipais por possuírem sistema próprio diferenciado.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Sancionada em 7/8/2006, a Lei n.º 11.340, denominada de Lei Maria da Penha, visa a proteger mulheres em situação de vulnerabilidade. Após a sanção da Lei, o número de denúncias de violência doméstica aumentou em 86%.

Ainda assim, hoje, aniversário de doze anos da Lei, dados apontam que a violência contra a mulher continua muito presente e enraizada na cultura brasileira. Sabe-se que, a cada onze segundos, é registrado um estupro no Brasil e que somente 15,7% dos acusados desses crimes são presos; a cada sete segundos, uma mulher é vítima de agressão; e, a cada duas horas, uma mulher é assassinada. A violência não pode ser vista apenas como um caso isolado, deve ser vista como um problema estrutural. Ela começa pelo machismo no mercado de trabalho, no qual as mulheres ganham 23% menos que os homens, e chega até os casos mais extremos, como o feminicídio.

Identificar que a psicologia brasileira é composta por uma maioria de mulheres é também reconhecer que a psicologia não pode ser omissa nem conivente com isso.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

### **A violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) três ou mais formas de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- b) definição legal de violência psicológica; e
- c) três ou mais medidas protetivas de urgência à ofendida determinadas pelo juiz.